



# Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Iguaí

1

Sexta-feira • 4 de Março de 2022 • Ano • Nº 2646

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

## Prefeitura Municipal de Iguaí publica:

- **Adjudicação Tomada de Preços Nº 001/2022 do Processo Administrativo Nº 046/2022** – Objeto: Contratação de Empresa do ramo para executar os serviços de Pavimentação em paralelepípedos nas Ruas 01, 02, 03, 04,05, 06 e 07, na região da Olaria, sede de sobredita municipalidade, Município de Iguaí/BA.
- **Homologação Tomada de Preços Nº 001/2022 do Processo Administrativo Nº 046/2022** – Objeto: Contratação de Empresa do ramo para executar os serviços de Pavimentação em paralelepípedos nas Ruas 01, 02, 03, 04,05, 06 e 07, na região da Olaria, sede de sobredita municipalidade, Município de Iguaí/BA.
- **Contrato Nº 150/2022 Tomada de Preços Nº 001/2022 do Processo Administrativo Nº 046/2022** - Contrato de prestação de serviços de n.º 150/2022 que entre si celebram a Prefeitura Municipal De Iguaí/BA, e a Empresa Maruelcio Souza Santos EIRELI.



Aqui se exercita o princípio da autonomia.  
Nessa gestão a transparência faz parte do dia-a-dia.  
Por isso essa prefeitura adotou a Imprensa Oficial.

**Imprensa Oficial**  
a publicidade legal  
levada a sério

## Adjudicações



### PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ

ESTADO DA BAHIA  
Pça Manoel Novaes, nº 08, Centro – Iguaí/BA – fone (73) 3271-2101/2110  
CNPJ.: 13.858.303.0001-91

#### ADJUDICAÇÃO

#### **TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2022.** **PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 046/2022.**

O Prefeito Municipal de Iguaí/BA, **ADJUDICA** após análise e julgamento dos envelopes A e B, com base na Lei 8.666/93 e nas suas disposições, a Tomada de Preços n. 001/2022, Processo Administrativo n. 046/2022, objetivando a contratação de Empresa do ramo para executar os serviços de Pavimentação em paralelepípedos nas Ruas 01, 02, 03, 04,05, 06 e 07, na região da Olaria, sede de sobredita municipalidade, Município de Iguaí/BA, conforme Plano de Trabalho, na forma de empreitada global, (material e mão-de-obra), com base no Convênio firmado com a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER E O MUNICÍPIO DE IGUAÍ-BA.

**Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.**

**Empresa classificada como vencedora:**

EMPRESA LICITANTE	VALOR GLOBAL
<b>EMPRESA MARUELCIO SOUZA SANTOS EIRELI.</b> <b>CNPJ nº 03.267.678/0001-23</b>	<b>R\$ 847.470,50</b>

**VALOR POR EXTENSO: R\$ 847.470,50 (Oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e setenta reais e cinquenta centavos).**

Iguaí – Bahia, em 24 de fevereiro de 2022.

**RONALDO MOITINHO DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal

## Homologações



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**

ESTADO DA BAHIA  
Pça Manoel Novaes, nº 08, Centro – Iguaí/BA – fone (73) 3271-2101/2110  
**CNPJ.: 13.858.303.0001-91**

#### **HOMOLOGAÇÃO**

#### **TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2022.** **PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 046/2022.**

O Prefeito Municipal de Iguaí/BA, no uso de suas atribuições, com base na Lei 8.666/93 e nas suas disposições, **HOMOLOGA** o resultado do julgamento da Tomada de Preços n. 001/2022, Processo Administrativo n. 046/2022, objetivando a contratação de Empresa do ramo para executar os serviços de Pavimentação em paralelepípedos nas Ruas 01, 02, 03, 04,05, 06 e 07, na região da Olaria, sede de sobredita municipalidade, Município de Iguaí/BA, conforme Plano de Trabalho, na forma de empreitada global, (material e mão-de-obra), com base no Convênio firmado com a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER E O MUNICÍPIO DE IGUAÍ-BA, **MENOR PREÇO GLOBAL**, e declara a empresa constante no quadro, vencedora:

<b>EMPRESA LICITANTE</b>	<b>VALOR GLOBAL</b>
<b>EMPRESA MARUELCIO SOUZA SANTOS EIRELI.</b> <b>CNPJ nº 03.267.678/0001-23</b>	<b>R\$ 847.470,50</b>

**VALOR POR EXTENSO: R\$ 847.470,50 (Oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e setenta reais e cinquenta centavos).**

Encaminhem-se os autos do processo para formalização do contrato.

Iguaí – Bahia, em 24 de fevereiro de 2022.

**RONALDO MOITINHO DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal

## Contratos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**  
Pça Manoel Novaes, nº 08, Centro – Iguaí/BA – fone (73) 3271-2101  
**CNPJ.: 13.858.303.0001-91**

**CONTRATO N. 150/2022.**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2022.**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 046/2022.**

Contrato de prestação de serviços de n.º 150/2022 que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ/BA**, e a **EMPRESA MARUELICIO SOUZA SANTOS EIRELI**, na forma abaixo:

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ, ESTADO DA BAHIA**, situada à Praça Manoel Novaes, n. 08, Centro, Iguaí/BA, inscrita no CNPJ, sob o nº 13.858.303/0001-91, de agora em diante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o **Sr. Ronaldo Moitinho dos Santos**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 568.859.545-00 e RG. Nº 414580877 SSP/BA, residente e domiciliado à Rua Manoel Matos, n. 128, CEP: 45280-000, Iguaí/BA, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA MARUELICIO SOUZA SANTOS EIRELI**, situada na Praça Augusto de Carvalho, n. 05, Centro, Itapetinga/BA, CEP 45.700-00, inscrita no CNPJ sob nº 03.267.678/0001-23, aqui representada pelo Sr.º **MARUELICIO SOUZA SANTOS**, maior, empresário, inscrito no CPF/MF nº 002.153.025-40 e RG n.º 09.132.844-67 SSP/BA., residente e domiciliado na Cidade de Itapetinga/BA, de agora em diante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, consoante os termos do Contrato Social que se integra a este ajuste como se nele estivesse transcrito, se fazem presentes, para o fim especial de celebrarem o presente instrumento, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta na **TOMADA DE PREÇOS N. 001/2022**, processo Administrativo nº 046/2022, as cláusulas e condições a seguir descritas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**1.1** - Fundamenta-se o presente Instrumento na proposta apresentada pela **CONTRATADA** e no resultado da Licitação sob a modalidade Tomada de Preços nº **001/2022** devidamente homologado pela Prefeitura Municipal, corroborado com a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

**2.1**. Contratação de Empresa do ramo para executar os serviços de Pavimentação em paralelepípedos nas Ruas 01, 02, 03, 04,05, 06 e 07, na região da Olaria, sede de sobredita municipalidade, Município de Iguaí/BA, conforme Plano de Trabalho, na forma de empreitada global, (material e mão-de-obra), com base no Convênio firmado com a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTOURBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER E O MUNICÍPIO DE IGUAÍ-BA, conforme definido nos elementos técnicos constantes dos ANEXOS deste Edital.

**2.2** - Os Serviços serão executados conforme Projeto Básico, respectivo Caderno de Encargos Gerais, Especificações e demais condições estabelecidas no EDITAL (Tomada de Preços nº. **002/2021**, pela Lei nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 8.883/94, e Ordens de Serviço, as quais farão parte deste instrumento como se nele estivessem transcritos, valendo expressamente, no que não estiverem em contradição com os termos do mesmo instrumento.

**2.3** - Quaisquer omissões, incorreções ou discrepâncias eventualmente encontradas pela **CONTRATADA** no decorrer da execução dos serviços, deverão ser comunicadas, por escrito, ao **CONTRATANTE**.

**2.4** - Nenhuma modificação poderá ser introduzida nos projetos, encargos gerais e especificações técnicas fornecidas, sem o consentimento prévio, por escrito do **CONTRATANTE**.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES**

**São compromissos das partes:**

#### **3.1 - DA CONTRATANTE:**

**3.1.1** - Proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da **Tomada de Preços nº 001/2022**, consoante estabelece a Lei nº. 8.666/93;

**3.1.2** - Solicitar, sempre que necessário, informações referentes à obra, ora objeto do presente instrumento, perante a **CONTRATADA**;

**3.1.3** - Designar um técnico para verificar a fiel execução do Contrato e atestar a execução dos serviços conforme as diretrizes do projeto básico;

**3.1.4** - Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, conforme dispõe este instrumento, diligenciando nos casos que exijam providências corretivas;

**3.1.5** - Providenciar os pagamentos à **CONTRATADA**, à vista das notas fiscais e recibo devidamente atestados pelo setor competente, e conforme as diretrizes estabelecidas na cláusula quarta do presente instrumento;

**3.1.6** - Recusar os serviços que não atendam às especificações previstas no edital e na proposta vencedora do certame.

#### **3.2 - DA CONTRATADA:**

**3.2.1** - Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas, sendo-lhes vedado introduzir modificações nas especificações técnicas e encargos gerais, sem o consentimento prévio, por escrito, do **CONTRATANTE**;

**3.2.2** - Assumir a responsabilidade técnica pela execução dos serviços;

**3.2.3** - Observar os requisitos mínimos de qualidade, utilidade, segurança, resistência recomendados pela ABNT;

**3.2.4** - Acompanhar o cronograma físico do serviço de modo a não provocar atrasos;

**3.2.5** - Atualizar o cronograma físico-financeiro, conforme o desenvolvimento dos serviços, obedecendo às determinações da fiscalização.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**  
Pça Manoel Novaes, nº 08, Centro – Iguai/BA – fone (73) 3271-2101  
**CNPJ.: 13.858.303.0001-91**

**3.2.6** - Não sub-empregar serviços definidos, no todo ou em parte.

**3.2.7** - Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

**3.2.8** - Submeter-se à fiscalização do **CONTRATANTE**;

**3.2.9** - Manter Responsável Técnico devidamente credenciado, através de ART e preposto aceito pelo **CONTRATANTE**, para representá-lo na execução do Contrato;

**3.2.10** - Manter, em locais determinados pelo **CONTRATANTE**, placas de identificação dos serviços e da firma executante e o pessoal em serviço devidamente identificados;

**3.2.11** - Corrigir, separar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados apontados pelo **CONTRATANTE**;

**3.2.12** - Submeter-se às disposições legais em vigor;

**3.2.13** - A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á, para com o **CONTRATANTE** e para com terceiros pelo estrago, com prejuízo ou danos causados ao **CONTRATANTE** ou aos serviços, em consequência de imperícia, imprudência ou negligência, próprias ou de seus prepostos, auxiliares ou operários;

**3.2.14** - A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á por todos os encargos decorrentes da execução deste contrato, inclusive os de natureza fiscal, em especial ISS no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor da mão de obra, social, civil e obrigacional e, quando houver subordinação e vínculo empregatício, os de natureza trabalhista e previdenciária, não gerando para o **CONTRATANTE** qualquer vínculo empregatício, bem como quaisquer outras obrigações ou encargos não previstos neste contrato;

**3.2.15** - Todos e quaisquer riscos de acidente de trabalho serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**;

**3.2.16** - Responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes da execução dos serviços contratados ao **CONTRATANTE** e, ou a terceiros, independentemente de dolo ou culpa;

**3.2.17** - O recebimento Definitivo dos serviços não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades legalmente imputáveis por erro ou vício de execução pelo período de 5 (cinco) anos, durante os quais ficará obrigada a saná-lo sem ônus para o **CONTRATANTE**;

**3.2.18** - 80% (oitenta por cento) da mão-de-obra destinada à execução do objeto contratual deverá ser compreendida de moradores da localidade onde a obra será realizada, caso não haja profissionais qualificados a empresa poderá importar da sede do município e/ou de outro local, priorizando sempre os municípios de IGUAÍ/BA.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**4.1** - O valor global do Contrato é de R\$ 847.470,50 (Oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e setenta reais e cinquenta centavos), pago conforme a emissão de Nota Fiscal, medição devidamente atestado pela Prefeitura Municipal de IGUAÍ – BA e da Liberação do Recurso pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTOURBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, adicionado à apresentação da documentação abaixo especificada:

**a) CERTIFICADO DE REGULARIDADE** do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da empresa, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

**b) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS**, ou equivalente, expedida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, da sede ou filial da empresa, devendo a mesma ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

**c) ART** – Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução da Obra, obrigatório no primeiro pagamento, conforme Ordem de Serviço;

**d) Registro da Obra no INSS – CEI.**

**4.2** - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

**4.3** - Somente serão pagos os valores correspondentes às partes dos serviços efetivamente realizados e atestados pelo fiscal.

**4.4** - A **CONTRATADA** deverá emitir as faturas de acordo com as quantidades expressas nos laudos de medição.

**4.5** - No ato de pagamento será procedida a retenção do ISS na fonte, nos termos da Lei Municipal, devendo, para tanto, a **CONTRATADA** discriminar, em cada fatura, o valor dos serviços.

**4.6** - As faturas que não estiverem corretamente formuladas, deverão ser devolvidas dentro do prazo de sua conferência ao **CONTRATADO**, e o seu tempo de tramitação desconsiderado.

**CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**5.1** - O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da lei 8.666/93 e alterações posteriores, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas.

**CLÁUSULA SEXTA - CRÉDITO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1** - Os recursos financeiros para pagamento desta Tomada de Preços serão provenientes do Convênio firmado com a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTOURBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER E O MUNICÍPIO DE IGUAÍ-BA, correrão por conta dos recursos da seguinte Dotação Orçamentária do exercício de 2022:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	FONTE:	PROJETO/ATIVIDADE:	E. DE DESPESA:
-----------------------	--------	--------------------	----------------



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**  
Pça Manoel Novaes, nº 08, Centro – Iguaí/BA – fone (73) 3271-2101  
**CNPJ.: 13.858.303.0001-91**

03.90.01 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	0 – Rec. ordinários	1033 – Obras e instalações	4.4.90.51.00
03.90.01 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	24 – Convênios	1033 – Obras e instalações	4.4.90.51.00

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS GARANTIAS**

**7.1** - A **CONTRATADA** garante, por cinco anos, a solidez e segurança do trabalho, compreendido, também, o material empregado, e se obriga a realizar, por sua conta exclusiva, reparos estruturais que venham a ser necessários dentro da vigência da garantia.

**CLÁUSULA OITAVA – PRAZO**

**8.1** - O prazo de vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura deste até 24 de junho de 2022.

**8.2** - O prazo de execução dos serviços será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do 5º (quinto) dia útil após o recebimento da Ordem de Serviço.

**8.3** - O prazo para início das obras e serviços será de até 10 (dez) dias corridos, contados da data de recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

**8.4** - Os prazos que tratam este contrato poderão ser prorrogados de acordo com a Lei 8.666/93.

**CLAUSULA NONA - DA CAUÇÃO E SUA DEVOLUÇÃO**

**9.1** - A licitante vencedora deverá prestar caução de Garantia de execução da obra num percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

**9.2** - Esta Caução deverá ser feita em qualquer das modalidades previstas no artigo 56, parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93. A garantia prestada em dinheiro deverá ser recolhida por depósito bancário em conta a ser fornecida pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de **IGUAI – BA**.

**9.3** - Após a conclusão dos serviços e mediante a apresentação do Termo de Recebimento Definitivo expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, vistoriado pela Secretaria de Infraestrutura, bem como da apresentação de comprovação de regularidade dos recolhimentos previdenciários e encargos trabalhistas dos profissionais que trabalharam na obra, será então devolvida à caução, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante requerimento escrito, dirigido à Comissão de Licitação do Município IGUAI/BA.

**CLÁUSULA DECIMA – DAS PENALIDADES**

**10.1** - O atraso injustificado, o descumprimento, parcial ou total, do objeto deste Contrato, bem como de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, acarretará, após regular processo administrativo, com direito à ampla defesa e ao contraditório, a incidência das seguintes sanções:

**a)** Advertência;

**b)** Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor do Contrato, por cada dia de atraso na execução das obras, sem prejuízo das demais sanções contratuais e legais estabelecido;

**c)** Multa de 10%(dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do licitante em assinar o Contrato de do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação feita pela Contratante;

**d)** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, pelo não cumprimento de cláusula ou condição prevista no Contrato;

**e)** Os valores das multas referidas nesta cláusula serão descontados de ofício pela contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a Prefeitura Municipal de IGUAI/BA, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

**f)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**g)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. A multa a que alude esta cláusula, não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Contrato e na Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DISSOLUÇÃO**

**11.1** - O contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**12.1** - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, ficando no ato da assinatura deste contrato reconhecido pelas partes os direitos da Administração Pública, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 e seguinte da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**12.2** - Constituem motivos para a rescisão contratual:

**12.2.1.** O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

**12.2.2.** O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

**12.2.3.** A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra nos prazos estipulados;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**  
Pça Manoel Novaes, nº 08, Centro – Iguaí/BA – fone (73) 3271-2101  
**CNPJ.: 13.858.303.0001-91**

- 12.2.4.** O atraso injustificado no início da obra;
- 12.2.5.** A paralisação da obra sem justa causa e prévia comunicação à administração;
- 12.2.6.** A sub-contratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão, ou incorporação não admitida no edital e neste contrato;
- 12.2.7.** O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada, designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 12.2.8.** O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 12.2.9.** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 12.2.10.** A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 12.2.11.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;
- 12.2.12.** Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- 12.2.13.** A supressão, por parte da administração de obras acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 12.2.14.** A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 12.2.15.** O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 12.2.16.** A não liberação, por parte da Administração, de área, local, ou objeto para execução de serviço ou fornecimento nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- 12.2.17.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditivo da execução do contrato;
- 12.2.18.** Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 12.3.** O Contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e das demais sanções aplicáveis, segundo as quais não assistirá à **CONTRATADA** nenhum direito a indenização, quando o motivo da rescisão se enquadrar no item "1" a "12" e "17" acima relacionados.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO**

**13.1** - A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

**14.1** - Fica eleito o Foro da Cidade de **IGUAÍ/ BA**, para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias, na presença de 02 (duas) testemunhas.

**IGUAÍ/BA**, em 24 de fevereiro de 2022.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**CONTRATANTE**

**EMPRESA MARUELICIO SOUZA SANTOS EIRELI.**  
**CNPJ nº 03.267.678/0001-23**  
**CONTRATADO**

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

CPF:

2 \_\_\_\_\_

CPF: